

Tomás Guilherme Stubbs (1776-1844), Oficial do Exército Português de 1800 a 1844

Rui Moura
(Investigador Independente)

1. Um Jazigo em Lisboa

Em Lisboa, na rua n.º 21 do cemitério dos Prazeres, encontra-se um jazigo identificado com o n.º 411, meio escondido atrás de um cedro, rodeado de jazigos clássicos de maior dimensão, com características que o aproximam de um monumento sepulcral (Fig.1). Tem uma coroa no topo, um brasão nobiliárquico inglês no frontispício, um conjunto de condecorações militares em pedra (Fig.2) e um longo epitáfio em duas línguas, inglês e português. É o jazigo dos Viscondes de Vila Nova de Gaia, (Valdez 31) onde se encontram os restos mortais dos primeiros Visconde e Viscondessa deste título.



Fig. 1 – Jazigo do 1º Visconde de Vila Nova de Gaia. Cemitério dos Prazeres, Lisboa (foto do autor).

Na frente do monumento, em baixo, pode ler-se um epitáfio bilingue (português/inglês), cuja versão portuguesa é a seguinte:

À memória de Sir Thomaz Guilherme Stubbs, Visconde de Vila Nova de Gaia, Tenente General, ao Serviço de Sua Magestade a Rainha de Portugal, Commendador da Ordem da Torre Espada, Grão Cruz da Ordem Militar de São Bento d'Aviz, condecorado com muitas e diferentes ordens militares por SS MM Fidelissima, Britânica e Catholica;¹

1 SS MM Fidelissima e Catholica – Suas Majestades Fidelissima (título dado pela Igreja Católica Apostólica Romana ao Rei de Portugal) e Católica (título atribuído pelo Papa ao Rei de Espanha).

que nasceu em Basingstoke, no Condado de Hampshire, em Inglaterra, em 7 de Junho, de 1776; e Falleceu em Lisboa aos 27 d’Abril de 1844. A sua vida foi hum modelo de virtudes publicas e domesticas. Este monumento foi erigido por sua viúva e seus filhos, como seu ultimo tributo d’affecto e saudade.



Fig. 2 – Painel de condecorações do General Stubbs. Jazigo do 1º Visconde de Vila Nova de Gaia. Cemitério dos Prazeres, Lisboa (foto do autor).

Na face lateral direita, em baixo, de forma quase impercetível, encontra-se um epitáfio, igualmente bilingue, mais curto e singelo dedicado a Joana (Cândida Stubbs), a esposa do General, aqui carinhosamente apelidada de Janie na versão inglesa, dando um cunho coloquial a esta homenagem. Quem foi este casal que repousa em Lisboa, junto para a eternidade?

2. Thomas Williams Stubbs: Inglês ou Português?

Thomas William Stubbs nasceu em Inglaterra, em Basingstoke, condado de Hampshire, uma pequena vila situada 75 quilómetros a sudoeste de Londres, no dia 7 de Junho de 1776, apenas 27 dias antes da data da declaração de independência dos Estados Unidos da América. Foi o primeiro de três filhos do capitão do 52nd (Oxfordshire) Regiment of Foot, Thomas Stubbs (1740-1782), Esquire,² e de Mary Moth (1748-1817), filha de John Moth, Esquire, e Alexandrina Moth. (Torres 263-264) O tenente-general Tomás Guilherme Stubbs,³ 1^o Barão e 1^o Visconde de Vila Nova de Gaia, cidadão português, faleceu aos 67 anos, em 27 de Abril de 1844, na sua casa da Rua de São Bento n^o 73, em Lisboa, após quase quarenta e quatro anos ao serviço do Reino de Portugal.

Nasceu Thomas William, morreu Tomás Guilherme. Nasceu súbdito de Sua Majestade Britânica George III, morreu súbdito de Sua Majestade Fidelíssima D. Maria II. Nasceu protestante, morreu católico. Nasceu inglês, morreu português.

Tomás Stubbs foi um dos mais condecorados oficiais do Exército Português da época, tendo tomado parte, como oficial subalterno do Exército Inglês, nas campanhas contra a França revolucionária no Mar Mediterrâneo (1793-1797). Participou, enquanto oficial do Exército Português, na Guerra das Laranjas (1801), na Guerra Peninsular (1807-1814) e, ainda, na Guerra Civil (1832-1834), integrando o Exército Liberal. No entanto, talvez por ter abraçado de alma e coração um país que o não viu nascer, foi esquecido na história publicada de ambos os países, não se conhecendo uma biografia completa da sua vida e, nos breves registos biográficos encontrados, as informações, de modo geral, apresentam-se contraditórias. Seguindo a metodologia de levantamento biográfico de militares ingleses e portugueses do século XIX estabelecido por J. Centeno e R. Moura, (319-337)

2 Em Inglaterra o título *Esquire* (escudeiro) era atribuído a homens de uma posição social elevada, particularmente a membros da pequena nobreza rural e filhos segundos de titulares, situando-se hierarquicamente acima do grupo dos *gentlemen* e abaixo dos *knights*.

3 Thomaz Guilherme ou Thomáz Guilherme, na grafia do português do século XIX.

pesquisando periódicos e documentos coevos, e utilizando fontes inéditas do Arquivo Histórico Militar, designadamente o seu processo individual (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM), um ofício autógrafo com a sua síntese biográfica (*idem*), os livros mestre das unidades onde prestou serviço (*Livros Mestres* AHM) e as listagens do projeto GERMIL (AHM) pretende-se, neste artigo, contribuir, sobretudo, para compreender a sua acção durante as lutas liberais, mas também para uma futura elaboração de uma biografia de Tomás Stubbs.

3. Carreira Militar no Exército Inglês

O ponto de partida para conhecer a folha de serviços militar de qualquer oficial de origem britânica, pelo menos durante o período da Guerra Peninsular, é analisar a informação contida no seu “cartão de Challis”. (748)⁴ (Fig.3) O apelido Stubbs não era um apelido comum, existem apenas três oficiais com esse apelido num universo de mais de 9600 listados por Challis: George Stubbs (61st Foot), irmão de Thomas; Joshua Stubbs (48th Foot) e Thomas William Stubbs (General). É este último o oficial que nos interessa. O cartão de Thomas William Stubbs não está isento de falhas, refere expressamente “Never a British Officer”, um erro grave, mas também a curiosidade “In Portuguese Service from 1801-1841”, quando as datas correctas são 1800 e 1844. Outros dados recolhidos por Challis revelam um oficial com uma folha de serviços notável que importa aprofundar, fundamentalmente pelo facto de ter estado ao serviço de Portugal num período tão alargado e tão rico em termos de história nacional, de 1800 a 1844.

4 Fonte secundária importante fornecida pelos trabalhos do Capitão Lionel S. Challis, que, após a Primeira Guerra Mundial, iniciou um projecto, *The Peninsula Roll Call*, que consumiu muito do seu tempo livre ao longo de três décadas. O seu objectivo era o de desenvolver uma lista de todos os oficiais do Exército Britânico que tinham servido durante a Guerra Peninsular, entre 1808 e 1814, registando unidades, postos, batalhas, citações, medalhas, ferimentos, etc. O Capitão Challis fez um levantamento exaustivo de relatórios, listas, boletins, despachos, registos oficiais e histórias regimentais para obter informações. Registou toda a informação recolhida em cerca de 9.600 cartões, um por cada oficial.

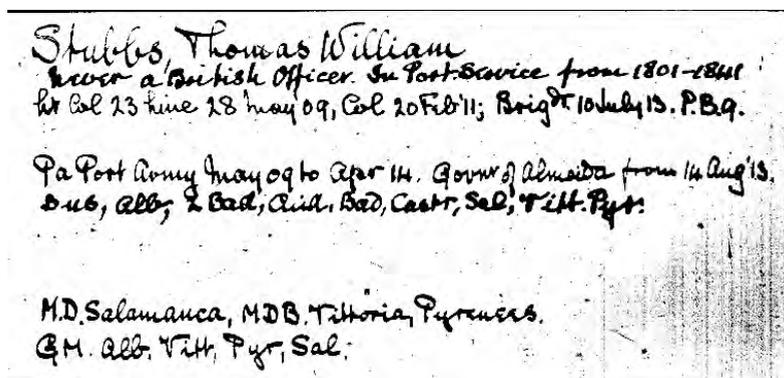


Fig. 3 – Cartão de Thomas William Stubbs (Challis 748).

Para além das diversas variantes do seu nome, com um apelido por vez grafado Stubs em vez de Stubbs, um primeiro nome grafado Thomas ou, nas suas variantes portuguesas, Thomaz, Thomáz e Tomás, e um segundo nome nas variantes William e Guilherme, não foi tarefa fácil recuperar informação relativa a este oficial, nomeadamente encontrar a sua informação nas listagens do Projecto GERMIL, por não existir qualquer Stubbs nos Livros de Registo ou Livros Mestre. Tal não fazia muito sentido, pois um militar com quase quarenta anos de serviço no Exército Português deveria estar registado em múltiplas listas e livros. O mistério foi desvendado com o cruzamento de outras informações, que permitiu chegar a informação relativa a Tomás Guilherme Hubbs⁵ e a Tomás Guilherme Stubis,⁶ apelidos que resultaram de problemas da recuperação de informação de manuscritos do século XIX, em que “St” se pode transformar facilmente em “H” (Hubbs em vez de Stubbs) e um “b” se pode transformar em “i” (Stubis em vez de Stubbs) (Fig.4).

5 V. Livro de Registo do Regimento de Infantaria de Setúbal de 1803. AHM; Livro de Registo dos Assentamentos dos Oficiais e Praças do Regimento de Infantaria n.º 23, 1.º Batalhão, de 1808. AHM.

6 V. Livro de Registo dos Oficiais e Praças do Regimento de Infantaria de Setúbal de 1800. AHM.

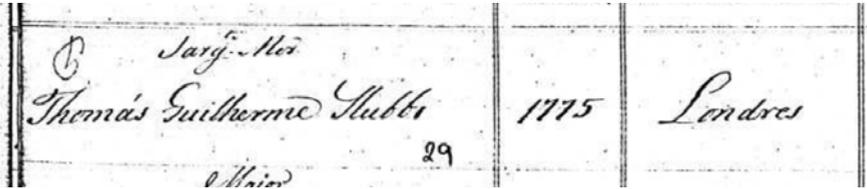


Fig. 4 – Entrada de Thomás Guilherme Hubbs (ler Stubbs) no Livro nº 8. Livro de Registo do Regimento de Infantaria de Setúbal, de 1803 (AHM).

Tentemos então trazer à luz dos nossos dias elementos que possam permitir reconstruir os passos de Thomas William Stubbs ou Thomaz Guilherme Stubbs. Pouco se conhece sobre os primeiros anos da vida do jovem Thomas. O primeiro registo conhecido é a prestação de serviço militar em Gibraltar como oficial subalterno do 50th (ou West Kent) Queen's Own Regiment of Foot, no ano de 1793. (*The Naval and Military Magazine* IV 36) O alferes de infantaria⁷ Thomas Stubbs, com data de promoção de 27 de Julho de 1793, (Bromley 1826) participou com o seu Regimento na operação aliada de apoio aos realistas franceses que controlavam a importante base naval de Toulon, composta por marinha e forças britânicas, espanholas, austríacas e italianas, contra a França revolucionária republicana na região do porto de Toulon, na costa mediterrânica (18 Set-18 Nov 1793), na campanha em que, curiosamente se destacou como comandante da artilharia francesa revolucionária, um jovem oficial de seu nome Napoleão Bonaparte. Apesar da vitória dos republicanos franceses, consumada pela tomada da base naval sitiada, a marinha de guerra francesa perdeu catorze navios afundados no porto e quinze outros saíram com a Royal Navy, o que permitiu acentuar, nos meses seguintes, o domínio do Mar Mediterrâneo pela Royal Navy e pelas marinhas dos seus aliados, (Ireland 2006) nomeadamente a esquadra portuguesa do Marquês de Nisa, em 1798-1800.

7 O posto de alferes de infantaria no Exército inglês designava-se por *Ensign*.

A expedição do Queen's Own prosseguiu para a Córsega onde o seu regimento participou no cerco e assalto a Calvi⁸ (Jul. – Ago. 1794) que redundou numa vitória aliada (britânicos e corsos) contra as forças da 1ª República Francesa. Devido à sua conduta corajosa Stubbs foi proposto para promoção a tenente, pelo Comandante-em-Chefe, Tenente-general Sir Charles Stuart.⁹ (Gregory) Curiosamente, o Capitão William Carr Beresford, também esteve presente nos cercos de Toulon e de Calvi, integrado no 69th Regiment of Foot. (Beresford 2) De acordo com a vontade de Thomas Stubbs foi autorizado o seu reingresso no 50th, com o posto de tenente, registado em 16 de Maio de 1795, (Bromley 1826) tendo-se voltado a reunir à sua unidade em Ajaccio, na Córsega, onde permaneceu nas forças de ocupação desta ilha até à retirada das mesmas para a ilha de Elba. O jovem oficial ainda veio a tomar parte no desembarque de 4 companhias do Queen's Own, na costa italiana do Mar Tirreno, em Piombino e na tomada de Castiglioni della Pescaia,¹⁰ em apoio a um pedido de ajuda Papal contra as tropas francesas ocupantes. (*The Naval and Military Magazine* IV 36)

4. Missão em Portugal e Início de Carreira Militar no Exército Português

Regressado à ilha de Elba, ainda durante o ano de 1797, o Regimento recebeu ordens para se dirigir para Portugal, integrando uma força britânica constituída por três regimentos de infantaria e forças de cavalaria: o 50th (or The Queen's Own) Regiment of Foot; (Farmer 173) o 2º Batalhão do 1st Regiment of Foot (ou Royal Scots); (Farmer 78) o 51st (or 2nd Yorkshire, West Riding, The King's Own Light Infantry) Regiment of Foot; (Farmer 175) e por elementos a cavalo do

8 Calvi era uma cidade fortificada, situada na extremidade nordeste da ilha da Córsega e ocupada por tropas francesas. Os corsos eram aliados dos ingleses.

9 Foi durante o cerco a Calvi que o Almirante Horatio Nelson ficou cego de uma vista por ter sido atingido por estilhaços.

10 Piombino e Castiglioni della Pescaia são cidades costeiras, fortificadas, da Toscana, na costa do Mar Tirreno.

12th (ou The Prince of Wales's) Regiment of (Light) Dragoons. (Farmer 42) O seu regimento ficou aquartelado, como convidado, no Forte de São Julião da Barra (próximo de Carcavelos), entre 1797 e 1799. Esta missão em Portugal iria alterar radicalmente a sua vida.

Quando, no ano de 1799, a sua unidade recebeu ordens de regressar a Gibraltar e posteriormente a Minorca, para preparar a campanha no Egipto (1800), o jovem tenente Stubbs tomou a decisão singular de rescindir o seu contrato com o Exército britânico, deslocando-se a Inglaterra para vender a sua comissão,¹¹ uma decisão sem retorno. Aparentemente, a razão que o levou a esta resolução tão drástica terá sido o conhecimento de uma jovem de uma família de destacada posição social, Joana Cândida,¹² que residia em Carcavelos com os seus pais e com quem viria a casar.

Thomas William, de religião protestante, não poderia casar com Joana, mas esse impedimento foi ultrapassado com a sua conversão à religião católica atestada pelo seu baptismo na Igreja de São Paulo, em Lisboa, em 13 de Janeiro de 1800, "sendo seus padrinhos: Sua Alteza Real o Príncipe D. João, representado pelo Marquês de Loulé e a Princesa D. Carlota Joaquina, representada pelo Conde da Ega", (Bandeira 82) um alto patrocínio revelador das boas relações que Stubbs estabelecera com a alta sociedade portuguesa. Apenas dez dias depois do seu batismo, em 23 de Janeiro, realizou-se, na mesma igreja de São Paulo, o casamento com Joana Cândida, sendo testemunhas o tenente-general Veríssimo António da Gama Lobo, Governador da Praça da Jerumenha, e o capitão-de-fragata Gonçalo António da Fonseca e Sá, Comandante da 2^a Divisão da Marinha de Guerra. (Bandeira 83) Ainda nesse ano, em 1 de Setembro, nasce o primeiro filho do casal que recebeu o mesmo nome do pai, Thomas William Stubbs.¹³

11 "50th Regiment of Foot, Ensign Lord Robert Kerr to be Lieutenant, by purchase, vice Stubbs, who retires". (*London Gazette* 1)

12 Joana Cândida de Seixas Barbosa, de 19 anos (n. 04-09-1780), filha de Manoel José Barbosa Tavares e de Teresa Clara de Seixas, nascida na freguesia de Belas. Em muitos documentos aparece erroneamente o seu nome como Joaquina Cândida.

13 Tomás Guilherme (filho) foi tenente-coronel do Regimento de Infantaria n.º 21, em Setúbal, e morreu em Lisboa, em 14 de julho de 1864, sem descendência.

Thomas Stubbs entra ao serviço do Exército Português em 30 de Dezembro de 1800, com o posto de capitão, sendo colocado no Regimento de Infantaria de Setúbal no comando de uma companhia. É nestas funções que, logo no ano seguinte, vai ser mobilizado para a campanha de 1801 no Alentejo, que ficou conhecida na história por “Guerra das Laranjas”. Viria a ser promovido no mesmo Regimento ao posto de sargento-mor,¹⁴ por decreto real de 7 de Novembro de 1806. (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM)

Quando, em Novembro de 1807, Junot comanda a primeira invasão francesa a Portugal e ocupa Lisboa, a Corte portuguesa, numa manobra de antecipação que iria garantir a independência do Reino de Portugal, transfere-se para o Rio de Janeiro. O território é ocupado por forças francesas e espanholas, e os oficiais do Exército Português têm várias opções. Ou têm lugar no restrito grupo de militares que acompanham a Corte ao Rio de Janeiro, ou se demitem por não quererem prestar serviço sob as ordens do invasor, ou colaboram e se integram na Legião Portuguesa a ser enviada para França. (Moura e Centeno 321) Thomas Stubbs, não tendo oportunidade de acompanhar a Corte e por não considerar a opção de servir o invasor, resolve apresentar a sua demissão, como nos atesta na sua carta enviada à rainha D. Maria II, em 1835. Stubbs regista pessoalmente os elementos principais da sua carreira, em carta manuscrita para a rainha D. Maria II, em 7 de Dezembro de 1835:

(...) logo que o intruso Governo Francês, tendo se apoderado de Portugal, principiou a dirigir os negócios deste Reino como conquista sua, [Stubbs] exigiu imediatamente a sua demissão, e se retirou para Inglaterra donde voltou a Portugal comandando a Legião Lusitana em Setembro de 1808; tais são e serão sempre os seus sentimentos de Fidelidade pela causa de Portugal sua Pátria.” (*Thomaz Guilherme Stubbs*, AHM)

Há registos de que não foi fácil para Thomas Stubbs obter a demissão do Exército Português, como pretendia, devido à oposição

14 O posto de sargento-mor corresponderia actualmente ao posto de major.

de Junot e do General del Socorro, que, entretanto, estabelecera quartel-general em Setúbal. A sua resistência aos invasores levou à sua detenção, por ordem de Junot, como prisioneiro de guerra e, como tal, impedido de assinar uma declaração e de ser dispensado com honra, ficando, assim, retido em Setúbal. Este impasse impediu-o de sair do país, chegando mesmo a aguardar oportunidade de servir o país ou retirar-se com honra. Houve várias tentativas para que alterasse a sua posição, mas Thomas recusava servir contra Portugal ou contra Inglaterra. O problema que se colocava era como poderia ele sair do país sem quebrar a sua palavra de honra. Chegou a ter a sua bagagem embarcada num navio, mas como a dispensa não lhe foi atribuída, a embarcação zarpuou sem ele, levando a sua bagagem. (*The Naval and Military Magazine* IV 37) Quando Setúbal ficou ainda mais controlada, após a retirada de del Socorro e a tomada de posse do general Kellerman no governo dessa cidade, secundado pelo general Graindorge, Thomas tomou então a decisão de fugir com a sua família numa embarcação sueca que se encontrava no porto, no dia imediato à publicação de um decreto francês que condenava com a pena de morte quem tentasse escapar, bem como quem instigasse ou apoiasse qualquer fuga.

Thomas conseguiu escapar, passando do navio sueco para um veleiro inglês e deste para um navio da esquadra de *Sir Charles Cotton*, onde foi acomodado com a sua mulher e filho, para além de outros emigrantes em fuga, onde viajaram durante oito dias, até que passaram para uma fragata que os conduziu a Plymouth. (*Idem* 38)

5. Imigrante em Inglaterra

Encontrando-se exilado em Inglaterra, Stubbs ofereceu-se para organizar os imigrantes portugueses na constituição de uma unidade da Leal Legião Lusitana (LLL), que veio a ser o 1º Batalhão, que organizou, preparou e comandou, sendo responsável por trazê-lo para o Porto, em Setembro de 1808. A LLL havia sido constituída por solicitação de apoio ao governo inglês por parte dos coronéis

Carlos Frederico Lecor e José Maria Moura, apoiados pelo embaixador de Portugal em Londres, Domingos de Sousa Coutinho,¹⁵ para equipar e armar os cerca de quatrocentos imigrantes portugueses em Plymouth. (Carvalho, *Memórias da Vida de José Liberato* 57-59) Por motivos não completamente esclarecidos resigna do seu comando na Legião, após a sua chegada ao Porto. No entanto, a Regência promove-o a tenente-coronel do Regimento de Infantaria de Linha 23, aquartelado na guarnição da fortaleza de Almeida, com data de 23 de Novembro de 1808. Os meses que se seguiram foram passados na grande fortaleza da fronteira a recrutar, organizar e treinar os seus dois batalhões.

Quando Beresford assume o comando do Exército de Portugal, em Março de 1809, Thomas Stubbs é tenente-coronel e comanda um Regimento de Infantaria a dois batalhões. A sua unidade foi de imediato empenhada na reacção dos exércitos aliados luso-britânicos à 2ª invasão francesa, que ocorreu entre Fevereiro e Maio de 1809, movimentando-se por Viseu, Lamego, Vila Real e Braga em perseguição às forças de Soult, já em retirada. Posteriormente fez parte da força portuguesa que entrou em Espanha para apoiar o flanco Norte do Exército de Wellington na batalha de Talavera (28 de julho de 1809), retirando por Castelo Branco para a região de Leiria para reorganização, treino e descanso.

6. A Participação na Guerra Peninsular

Durante a Guerra Peninsular, Thomas Stubbs comandou o Regimento de Infantaria de Linha nº 23 (Almeida) até Abril de 1812, assumindo posteriormente, ainda como Coronel, o comando da 9ª Brigada Portuguesa (11 e 23 de Infantaria de Linha, e Caçadores 7). Stubbs tomou parte nas campanhas de 1809, 1810, 1811, 1812 e 1813, com o seu regimento ou, com a brigada, a partir de Salamanca. (Chaby)

15 Domingos António de Sousa Coutinho (Chaves 1760- Brighton 1833), 1.º Conde e Marquês do Funchal era irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1º Conde de Linhares e ministro de D. João, Príncipe Regente no Rio de Janeiro, e de D. José António de Meneses e Sousa Coutinho, Principal Sousa, membro do Conselho de Regência do Reino, em Lisboa.

Em 1810, o Regimento 23 encontra-se em operações na Beira Alta, na região da Guarda, integrado na 4^a Divisão Aliada, sob o Comando do General Lowry Cole. Curiosamente, não estava muito afastado da sua sede, Almeida, nem sequer dos locais de naturalidade das suas tropas, a Beira Baixa. No dia 27 de Setembro de 1810, participa na batalha que vai colocar à prova as unidades do Exército de Portugal, integrado na Brigada Portuguesa Collins, em reforço da 4^o Divisão. Andrew Halliday, oficial médico que prestou serviço no Exército Português, teve oportunidade de testemunhar a preparação e o treino de todas as unidades e, no seu livro *The Present State of Portugal, and of the Portuguese Army*, descreve as várias unidades do Exército Português, registando uma pequena apreciação pessoal para cada regimento e para cada batalhão independente, nem sempre em tom muito laudatório. Todavia, o seu registo sobre o 23 de Infantaria, sob o comando de Stubbs, bem como os serviços prestados na Brigada Harvey, conjuntamente com o 11 de Infantaria, são altamente lisonjeiros:

The Twenty-third, or Almeida Regiment, is a very complete and well-organized corps, and is considered as one of the finest regiments in the service. I have already mentioned the gallant conduct of this corps, when speaking of the Eleventh Regiment. The Twenty-third is commanded by Lieutenant-colonel Stubbs, who has the Portuguese rank of Colonel, and who has great merit in bringing his corps to such perfection. (196)

Após o Buçaco, o 23 recua até às Linhas de Torres. Quando, no final do Inverno de 1811, Masséna retirou para Norte, a Brigada Collins participa na perseguição às tropas francesas até Condeixa, sempre integrada na 4^a Divisão (Cole), a qual se dirigiu depois para sul do Tejo para reforçar o Corpo de Beresford, que acudia a Badajoz, praça sitiada por forças francesas. (Moura, *A Retirada de Masséna* 267) No flanco sul, o regimento sob o comando de Thomas Stubbs é empenhado no Sítio de Olivença, de 9 a 15 de Abril, e no 1^o Sítio de Badajoz, de 5 a 16 de Maio, quando o cerco é levantado para dar batalha na pequena povoação de Albuera ao exército francês do marechal Soult. Assim, Stubbs, mais uma vez à frente do seu Regimento,

combate na Batalha de Albuera, a mais sangrenta batalha da Guerra Peninsular, integrado na 9ª Brigada Portuguesa (11, 23 e 1º batalhão da LLL), sob o comando de Harvey. A Brigada Portuguesa desempenhou um papel fundamental no resultado da batalha, realizando um feito único, de uma coragem inaudita, louvado e gabado por todos, sofrendo duzentas baixas, ou seja, mais de metade das baixas portuguesas nesta batalha. (Oman 394) Os dois regimentos da Brigada, dispostos em linha, com profundidade de dois, pararam e derrotaram uma carga de cavalaria de lanceiros polacos, um feito que exigia um tremendo sangue frio e disciplina de fogo. (Moura, 2020)

Deslocando-se para a fronteira da Beira, o Regimento 23 tem encontros com as tropas francesas no Combate de Bodon, em 25 de Setembro, no Combate de Alfaiates, a 27 de Setembro, e no Sítio de Ciudad Rodrigo de 7 a 19 de Janeiro de 1812. Nesse ano, o Tenente-coronel Thomas Stubbs encontra-se no comando do seu regimento no 3º cerco aliado de Badajoz, de 17 de Março a 6 de Abril, culminando no assalto à praça nesse dia, mas a sua brigada desempenhou um papel secundário. O mesmo não acontece na Batalha de Salamanca, em 22 de Julho de 1812, uma batalha que deixa um gosto amargo na boca de Stubbs. Por um lado, já promovido a coronel, assume o comando da 3ª Brigada da 4ª Divisão, mais uma vez com as três unidades da Beira (Infantaria 11 e 23, e Caçadores 7), tendo desempenhado um papel de relevo no combate, vendo o seu nome citado e elogiado no relatório de Wellington, num texto que é transposto para a Ordem do Dia de Beresford: “refere Sua Excelência o Senhor Marechal General [Wellington], entre os elogios que faz a muitos senhores Generais, e Oficiais do Exército Britânico, que é muito obrigado aos Senhores (...) Coronéis Thomaz Guilherme Stubbs, do Regimento de Infantaria N. 23.”¹⁶ Por outro, infelizmente, após a batalha, toma conhecimento da morte em combate do seu irmão George Stubbs, do 61st Regiment of Foot.

No ano seguinte, Thomas Stubbs continua no comando da 9ª Brigada Portuguesa na Batalha de Victoria, sendo o seu papel no

16 V. Ordem do Dia, 25 de Agosto de 1812, QG em Salamanca (*Collecção das Ordens do Dia* 1812, 145).

ataque aliado fundamental, pois o seu Regimento 23, tomou uma bandeira do 4º Batalhão do 100^{ème} Regiment d'Infanterie de Ligne,¹⁷ sendo novamente louvado por Beresford devido à excelente conduta, nomeadamente o seu Batalhão de Caçadores nº7.¹⁸ Stubbs é distinguido no relatório de Wellington como o comandante da Brigada que atacou a posição francesa "with a steadiness and bravery not to be surpassed". (*The Naval and Military Magazine* IV 39) O papel da 9ª Brigada de Infantaria, na batalha de Victoria, em 21 de Junho de 1813, é de tal forma distinto, e os relatórios de Wellington e Beresford são de tal forma elogiosos, que o Príncipe Regente, D. João, faz um decreto único em toda a Guerra Peninsular, assinado em 13 de Novembro de 1813, no Rio de Janeiro, mas apenas publicado na Ordem do Dia de 13 de Março de 1814. O Decreto regista "a intrepidez, o brio, a destemida resolução, e decisivo entusiasmo, com que atacaram as Tropas inimigas, nas fortes posições que ocupavam, e de que foram desalojadas com imensa perda, assim de Combatentes, como de Artilharia, e Bagagens", realçando que "foi reconhecido e publicado, que não havia Infantaria na Europa melhor que a Infantaria portuguesa",¹⁹ com especial destaque desta Arma o relevante desempenho das duas brigadas comandadas pelo Brigadeiro Manley Power e pelo Coronel Guilherme Stubbs.²⁰

Durante o período da Guerra Peninsular, Thomas Stubbs foi agraciado por Portugal com a Medalha de Distinção de Comando das Campanhas da Guerra Peninsular, com quatro acções (Albuhera, Salamanca, Victoria e Pyreneos), com a medalha de ouro da Cruz da Guerra Peninsular nº 1-5,²¹ com o Grau de Cavaleiro da Torre e

17 A captura de um estandarte regimental era motivo de enorme orgulho. Thomas Stubbs inclui esta informação no seu Registo de Serviço: "sendo Coronel do Regimento N 23 na batalha de Victoria, este Regimento de baixo do seu Comando tomou huma Bandeira ao 4º Batalhão do Regimento N 100 do Exército Francez." (*Thomas Guilherme Stubbs*. Arquivo Histórico Militar. Divisões. Assuntos Militares. Processos Individuais. Cx. 583, n. 3) Este estandarte foi oferecido ao Marechal Comandante Aliado que o remeteu para Londres para ser entregue ao Príncipe Regente, acompanhado de um bastão de General francês capturado no campo de batalha, por uma unidade inglesa.

18 V. Ordem do Dia, 1 de Julho de 1813, QG em Huarte (*Collecção das Ordens do Dia* 1813, 127).

19 V. Ordem do Dia, 13 de Março de 1814, QG em Bordéus (*Collecção das Ordens do Dia* 1814, 37-38).

20 V. Ordem do Dia, 13 de Março de 1814, QG em Bordéus (*Collecção das Ordens do Dia* 1814, 38-39).

21 V. Ordem do Dia, 21 de Março de 1820. Medalha de Ouro relativa a cinco campanhas (1809, 1810, 1811, 1812, 1813) (*Collecção das Ordens do Dia* 1820).

Espada, em 12 Outubro 1812, e de Comendador Honorário da Torre e Espada, em 13 de Maio 1814; por Inglaterra com a Peninsular Gold Cross (Albuhera, Salamanca, Vittoria e Pyrenees); e, por Espanha com a Cruz de La Albuera. O seu nome é distinguido nos relatórios de Wellington pela sua acção no Combate de Caniçal/Castrejon, Salamanca e Victoria, e nas ordens do dia pelas mesmas acções. Em 1817 desloca-se a Inglaterra durante quatro meses de licença e, nessa ocasião, é elevado ao grau de Cavaleiro (*Knight*).²² É uma das três únicas licenças registadas na sua folha de serviços até ao ano de 1823.

Thomas Stubbs foi ferido ligeiramente no combate do Caniçal, três dias antes da batalha de Salamanca, e novamente na batalha de Victoria. Neste caso é registado que “the brigadier was here very severely wounded in the leg, but nevertheless he would not quit the field”, (*The Naval and Military Magazine* IV 39) mas nos seus registos pessoais refere-se a si próprio apenas como ferido ligeiro. Este último ferimento poderá ter sido, em última análise, a razão para ser nomeado para Governador da Praça de Almeida, por portaria de 4 de Agosto de 1813, deixando o comando da sua brigada que terminou as campanhas de 1813 e de 1814, já em França, na batalha de Toulouse. A ascensão na carreira do jovem Stubbs tinha sido fulminante, de tenente-coronel em 1808, aos 32 anos, a coronel em 1811, aos 35 anos, e a brigadeiro, em 1813, aos 37. (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM)

Após o final da Guerra Peninsular, em 1814, Beresford permaneceu em Portugal com alguns dos oficiais ingleses, generais e oficiais superiores, enquanto outros terminaram a sua ligação ao Exército Português e retomaram as suas comissões no Exército Inglês. Mas a situação de Thomas Stubbs era diferente, pois não tinha comissão inglesa e era, em tudo, um oficial português. Apesar de contrária à sua vontade, a posição de Governador da Praça de Almeida perdurou até ao fim de 1816.

22 “1817, Oct 10. THOMAS WILLIAM STUBBS, major general in the Portuguese Service, commanding the second division of the Portuguese Army (at Carlton House by the Prince Regent)”. (Shaw 319)

A promoção a marechal de campo (Major-general) chegou em 12 de Outubro de 1815, sendo designado comandante da 2^a Divisão do Exército (despacho de 28 de Novembro de 1816), e governador de Armas do Algarve (1817). Entre 1815 e 1821 comanda a 2^a Divisão, com quartel-general em Beja, onde nasce uma filha, em 26 de Fevereiro de 1820, sendo baptizada com o nome de Joana Cândida Stubbs. Neste período, a glória da sua carreira militar passada também é reconhecida, recebendo o Grau de Cavaleiro da Ordem Torre Espada, por Carta Régia de 13 de Maio de 1814, como aprovação real do seu “distinto valor, zelo e intrepidez”; em 10 Outubro de 1817 é publicada, na *London Gazette*, a notícia da honra de “English Knightwood”, já referida, que recebe das mãos do Príncipe Regente de Inglaterra, em Carlton House; e no mesmo ano recebe a Ordem de São Fernando do Rei de Espanha. (*The Naval and Military Magazine* IV 41)

7. A Revolução de 1820

Depois de um período caracterizado pela instabilidade política, em 24 de Agosto de 1820 ocorre a revolução liberal no Porto, que tem como consequência imediata a suspensão de todos os oficiais britânicos do exercício dos seus postos, através da declaração oficial de 26 de Agosto de 1820, vindo a ser demitidos do Exército Português cerca de oitenta militares, com honra e agradecimentos, por decreto de 5 de Março de 1821.²³ Thomas Stubbs, apesar da sua situação peculiar como oficial português desde o ano de 1800, dirige-se a Lisboa para tomar conhecimento do que o espera. O Ministro da Guerra informa-o de que a demissão não se aplica ao seu caso, e nas Cortes justifica-se a diferença de critério relativamente aos outros ingleses, “por ser cidadão inglês e não oficial

23 V. “Decreto de demissão com honra e agradecimentos da Nação Portuguesa, dos oficiais ingleses que já estavam retirados do exercício dos seus postos pela declaração oficial de 26 de agosto de 1820, concedendo-lhes várias garantias. Manoel Fernandes Thomaz, Presidente”. (*Diário das Cortes Geraes*, N. 28, 212)

inglês",²⁴ tratando-se de um caso único no Exército Português. Após um compasso de espera em Lisboa é nomeado Governador da Praça de Elvas, em 23 de Junho de 1821, e Encarregado do Governo das Armas da Província d'Além Tejo, por portaria de 2 de Julho de 1821, publicada na ordem do dia com a mesma data, (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM) o que demonstra a confiança que o novo poder liberal tinha na sua pessoa. Mas a forma, não o mérito, da sua nomeação para o Governo das Armas do Alentejo não foi pacífica nas Cortes, tendo, na ocasião, o Ministro da Guerra sido chamado a prestar esclarecimentos ao Parlamento sobre a nomeação de Stubbs para estas funções, em possível conflito, com a nomeação do Visconde de Sousel para o mesmo cargo. (*Diário das Cortes Gerais* N. 136, 1652-1653)

Stubbs continuou a sua carreira militar em Elvas, como Governador da Praça, acumulando com as funções de Governador das Armas do Alentejo. A adesão à nova situação política do país, consequência dos eventos do Porto de 24 de Agosto de 1820, é evidente na forma como a acção de comando da grande praça de fronteira foi realizada.

Em Setembro de 1821, foi celebrado, em Elvas, com pompa e circunstância, o primeiro aniversário do pronunciamento de Lisboa de 15 de Setembro do ano anterior, que tinha permitido a formação de uma junta governativa nacional. Tais festividades, que envolveram grandes cerimónias militares e um *Te Deum* na Catedral e tiveram como ponto alto um jantar para 1300 pessoas, estão descritos em pormenor numa publicação distribuída gratuitamente, intitulada *Notícia das Festividades*. (Ventura 50)

No ano de 1822, em 2 e 3 de Novembro, o juramento da Constituição recentemente aprovada nas Cortes, foi outra solenidade em que Stubbs se empenhou com denodo e a que presidiu, na Praça de Elvas. Envolveu cerimónias e desfiles militares, salvas de artilharia, cortejo pela cidade com carro triunfal, jogos, fogo de artifício

24 Stubbs não tinha comissão nem posto no Exército Inglês em 1820, pelo que era excepção à Lei por ser inglês de nascimento, mas oficial português de serviço e vencimento. Na realidade, houve um pedido de um oficial para se manter no exército português, o coronel de cavalaria White, comandante do Depósito Geral de Cavalaria, também ele casado com uma portuguesa, que foi discutido nas Cortes, na sessão de 29 de Julho de 1822, sendo a decisão remetida para o Governo para averiguar a situação do oficial.

e celebrações religiosas, um programa completo que, segundo a imprensa da época, teve uma assistência de mais de 9000 pessoas. (*Diário do Governo* 2099-2101)

Liberato de Carvalho, redactor de *O Investigador Português em Inglaterra*²⁵ a partir de 1814, e fundador de *O Campeão Português*,²⁶ em viagem de regresso a Portugal, do seu exílio em Londres, realizada entre 1 de Agosto e 31 de Setembro de 1821, conheceu o marechal de campo em Elvas, quando entrou pela fronteira portuguesa. O encontro entre este conhecido maçom e o Governador é descrito numa passagem muito interessante das *Memórias da Vida* de José Liberato de Carvalho:

quando cheguei a Elvas já era no fim da tarde, porém ainda muito tempo para ir à alfândega, e mandar pôr o visto no meu passaporte pela autoridade competente. Perguntando quem era disseram ser o governador General Stubbs. Eu não o conhecia, nem ele a mim a não ser para os meus escritos; assim mesmo mandou saber de mim, e convidar-me para sua casa. Fui imediatamente procurá-lo e recebeu-me, como se fôssemos antigos amigos: passei com ele parte da noite e não lhe quis aceitar mais nada do que chá, dizendo-lhe que desejava partir quanto antes para despedir o coche espanhol em que vinha, pois se me tornava agora muito dispendioso, sendo pago só por mim. O obséquio que lhe pedi foi, que sabendo que no Alentejo também apareciam salteadores, e por eles não havia muito tempo tinha sido atacado o General Pepe, desejava que me desse dois soldados de cavalo para me acompanhar até Aldeia Galega.²⁷ Como por toda a estrada rondavam então patrulhas de cavalaria, deu-me uma ordem para os requerer, quando o julgasse preciso, aos comandantes das patrulhas, e para estes me acompanharem de um posto a outro. Mui agradecido a todos obséquios deste honrado general, a quem pelo tempo adiante tive que deviam de melhor o conhecer, e de estreitar com ele amizade, parti no dia seguinte d'Elvas que apenas atravesssei sem poder ver coisa alguma do que nela há de notável. (237-238)

25 Periódico de grande influência entre os emigrados portugueses no Reino Unido e até junto das elites portuguesas.

26 Periódico que ganhou extrema importância durante o período que antecedeu a Revolução Liberal do Porto.

27 Actualmente com o nome de Montijo.

Por solicitação de Stubbs, também é aprovada a sua naturalização, através de uma resolução das Cortes, de 10 de Abril de 1822, que “atendendo a que ele se acha casado, e estabelecido neste reino há mais de vinte anos: concedem ao referido Thomaz Guilherme Stubbs carta de naturalização, sem dependência de outra diligência, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas que competem aos naturais deste Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarve.” (*Diário das Cortes Gerais* n.º 53, 754) Igualmente, o seu filho, Tomás Guilherme, com 21 anos, oficial do Exército, é naturalizado português. Ao fim de vinte e dois anos, Thomas adquiria a nacionalidade portuguesa, o seu país de adopção.

D. João VI tinha regressado do Brasil em 1821 e, em 22 de Setembro de 1822, tinha sido aprovada a Constituição. Todavia, seguiu-se um período bastante conturbado, marcado pela revolta antiliberal, iniciada no dia 23 de Fevereiro de 1823, pelo 2.º conde de Amarante, mas que, depois de alguns confrontos, foi estancada, terminando com a fuga para Espanha dos revoltosos, no final de Março. Na sequência desta revolta absolutista, o país foi percorrido por numerosas declarações de fidelidade às Cortes e à Constituição, principalmente dos regimentos aquartelados nas diversas cidades, todos se oferecendo para ir combater o conde de Amarante, mostrando “o mesmo patriotismo e a mesma virtude cívica dos regimentos e corpos da capital”. (Arriaga 378) A situação é calorosamente discutida nas Cortes:

Na sessão de 5 de março, foi lido um protesto de adesão ao sistema constitucional, e contra o procedimento do conde de Amarante, do coronel, oficiais e soldados do regimento de infantaria n.º 19 aquartelado em Cascais, e na sessão do dia 6 outro do comandante e oficiais do regimento n.º 17, do comandante e oficiais do regimento n.º 3 de cavalaria, e de todos os mais corpos da guarnição da praça d’Elvas. E na sessão seguinte [7 de outubro] é lido o protesto do marechal de campo Thomaz Guilherme Stubbs, governador das armas da província do Alentejo. Diz este oficial:

“Senhor. – O marechal de campo Thomaz Guilherme Stubbs, encarregado das armas da província do Alentejo, chega á presença do congresso augusto da nação portuguesa, e protesta que o juramento que há pouco prestou de guardar a constituição política da monarquia não foi uma cerimónia vã, nem uma fórmula do costume, mas sim um acto solene e espontâneo reforçado com a intima convicção dos sentimentos.

É pois na firmeza deste princípio e na certeza do aloucado desenvolvimento d’esse génio matricida, d’esse infame conde de Amarante, que o mesmo marechal de campo julga da sua particular obrigação apresentar a V. M. o seu desgosto e de afirmar que as tropas, habitantes e câmaras do Alentejo, manifestam de todos os modos a sua indignação contra o traidor”. (Arriaga 378)

8. Um Maçon com Coragem

Na sequência do golpe militar da Vilafrancada (27 de Maio de 1823), Stubbs é chamado a Lisboa, não lhe sendo atribuídas novas funções, possivelmente por influência do novo Ministro do Rei, o todo poderoso Conde de Suberra.²⁸ Numa fase inicial, aproveita as delícias da capital, não se esquecendo de se fazer apresentar junto de D. João VI, na Corte.

Em 30 de Junho anterior, o marechal de campo Thomaz Stubbs fora incluído no rol de elencados para pronúncia na conclusão do processo de devassa realizado aos membros da sociedade maçónica *Liberalidade*, de Elvas.²⁹ Stubbs pertencia certamente a esta Loja, profundamente estudada por António Ventura, (41-95) uma sociedade secreta essencialmente de militares, na qual o general teria sido iniciado após a sua colocação em Elvas. Um dos inquiridos declarou que “viu entrar o general Stubbs na Loja, ia descalço com os olhos tapados, subiu por uma escada de mão, de molas, fizeram-lhe beber uma bebida que diziam ser veneno e fingiram que o sangravam na ocasião em que, ele testemunha, esteve observando o que deixa dito (...)”. (Ventura 55)

28 1º Conde de Suberra, Manoel Ignácio Pamplona Corte-Real. Para uma biografia deste Ministro de D. João VI veja-se Moura 2019.

29 O processo de devassa encontra-se no Arquivo Distrital de Portalegre. (*Processo N. 79243*)

No momento de conclusão da devassa, em Junho, a quase totalidade dos elencados para pronúncia encontrava-se na situação de prisão ou “em parte incerta”. Os meses seguintes foram dramáticos, com prisões e fugas para Espanha dos membros da Loja. A elevadas horas da noite, em 27 de Outubro de 1823, elementos da Guarda Real de Polícia batem à porta da casa de Stubbs, na Rua de São Bento, n.º 288, em Lisboa, e conduzem-no ao Castelo de São Jorge, onde fica preso. Inicialmente, isolado num cárcere durante dois dias, sem qualquer contacto, período ao qual se seguem dias de interrogatórios.

São notáveis as declarações de Stubbs no processo crime, descritas em pormenor por Ventura, (60-61) das quais destacamos, por serem antagónicas às da generalidade das então produzidas pelos outros acusados, que sempre negaram a sua pertença à Loja *Liberalidade* e refutavam as acusações de que eram vítimas como falaciosas. Interrogado em 29 de Outubro, pelo juiz do crime do bairro do Limoeiro, Francisco de Paula d’Aguiar Ottolini, confirmou e atestou a sua condição de maçom, justificando esta atitude do seguinte modo:

Se confessou ter sido Pedreiro-Livre, foi porque interrogado por uma autoridade legítima sobre este objecto, assentou ser contrário aos ditames da honra, que sempre fez a base da sua conduta, tanto como homem público como particular, faltar à verdade, e guiado pelo amor que tem tributado a esta virtude, considerou ofendê-la se negasse um facto que realmente praticou.³⁰

Não se encontrando mais nada de culposo no prisioneiro, e possivelmente por influência de Beresford, presente em Lisboa na época, sai em liberdade, ao fim de dois meses, regressando a casa sem funções. (*The Naval and Military Magazine* IV 42-43)

A morte de D. João VI, em Março de 1826, agravou a situação política e militar do país. O monarca havia nomeado regente do Reino a sua filha, a infanta D. Isabel Maria, na ausência de D. Pedro, herdeiro do trono, a esse tempo já imperador do Brasil, que se tornara independente. O infante D. Miguel residia em Viena de Áustria,

30 “Representação de Tomás Guilherme Stubbs, sem data (1824)”. (*Apud* Ventura 60)

para onde fora mandado, por carta régia de 12 de Maio de 1824, após a revolta de 30 de Abril desse ano, que ficou conhecida pela Abrilada. Quem sucede ao trono é D. Pedro, que, a partir do Brasil, outorga a Carta Constitucional, em 29 de Abril 1826, e abdica a favor da sua filha mais velha, D. Maria da Glória, em Março do mesmo ano. A abdicação de D. Pedro era, porém, condicional. A princesa deveria casar com o seu tio, D. Miguel, em tempo oportuno, e, enquanto esse casamento não se realizasse, continuaria a regência de D. Isabel Maria que, em Julho, jura cumprir e fazer cumprir a Carta Constitucional, o que irá provocar o descontentamento entre os apoiantes da ala conservadora, dando origem, logo nesse mês, a diversos levantamentos em todo o país contra a regência.

9. O Governo de Armas do Partido do Porto

Para controlar estes levantamentos, o recém-nomeado Ministro da Guerra, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, atribui o seu antigo posto de governador das Armas do Partido do Porto a Thomaz Guilherme Stubbs,³⁷ que fica responsável por um cargo de enorme importância face à situação no norte de Portugal. A sua amizade com Saldanha e a lealdade à causa liberal tinham dado finalmente frutos, os ventos adversos pareciam ter passado. Mas as suas funções não eram apenas militares, mas sim das mais difíceis que já havia assumido, pois as forças absolutistas tinham uma enorme influência a norte do rio Douro e ameaçavam permanentemente a cidade do Porto.

A disputa entre liberais e absolutistas alastrava por todo o país. No mês de Outubro de 1826, quando Stubbs já se encontrava em funções, o batalhão de caçadores 7, uma unidade importante da guarnição do Porto, passou inteiramente para as fileiras do inimigo.³¹ Por sua iniciativa foram levantados batalhões provisórios para defesa

31 A reacção à Carta Constitucional por parte de militares absolutistas levou à deserção para Espanha de regimentos completos, como o de Infantaria n.º 17 de Estremoz, o n.º 24 de Chaves, o n.º 11 de Almeida, o de cavalaria n.º 2 de Vila Viçosa e partes de outros regimentos. (Mattoso 259)

da cidade. Em 5 de Outubro, dá-se o pronunciamento do marquês de Chaves em Vila Real, Trás-os-Montes, acompanhado de outros pronunciamentos em Viseu, Vila Pouca e Algarve. No final do mês de Outubro, a reacção anti-cartista ganha maior dimensão com a invasão do território português pelos regimentos realistas que tinham desertado para Espanha, comandados por Silveira³² em Trás-os-Montes, por Teles Jordão³³ na Beira e por Magessi³⁴ no Alentejo.³⁵ Durante este período crítico, Thomas Stubbs desempenhou um papel fundamental, com consequências em todo o Norte de Portugal, tendo evitado a ocupação da cidade, objectivo final dos invasores.

Em 24 de Dezembro de 1826, uma Divisão do Exército inglês com cerca de 5.000 homens, comandada pelo general *Sir William Henry Clinton*, chega a Lisboa, demonstrando o apoio britânico ao regime constitucional português. Esta Divisão permaneceu em Portugal cerca de dezoito meses, regressando a Inglaterra em Abril de 1828.

Neste período, o sucesso na defesa do Porto, a organização do batalhão de voluntários de D. Pedro IV e do batalhão de voluntários de

32 António da Silveira Pinto da Fonseca (1770-1858), visconde de Canelas, irmão do 1.º conde de Amarante e militar português que se distinguiu durante a Guerra Peninsular. Já no posto de brigadeiro, aderiu à revolução do Porto (1820), ocupando o lugar de presidente da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Por ter participado na Martinhada foi afastado do governo e, em 1823, aderiu à causa Miguelista.

33 Joaquim Teles Jordão (1777-1833), militar do Exército Português da facção conservadora e miguelista, atingiu o posto de brigadeiro. Apesar de ter aderido à revolução liberal de 1820, participou na Martinhada e apoiou a causa miguelista na Guerra Civil, destacando-se no Cerco do Porto. Viria a morrer em combate numa retirada para Cacilhas, quando tentava travar o avanço das tropas liberais vindas do Algarve.

34 António Tavares Magessi (1771-1843) foi um oficial do Exército Português, apoiante da causa Miguelista na Guerra Civil Portuguesa e dos movimentos militares anti-cartistas surgidos em Portugal em 1826. Faleceu no posto de brigadeiro.

35 Entre 22 de Novembro de 1826 e 7 de Março de 1827, a invasão de Portugal por parte de militares realistas portugueses exilados em Espanha, após a outorga da Carta Constitucional, foi uma operação concertada com a coroa espanhola que considerava a Carta um perigo para as instituições portuguesas e para a Europa. Toda a preparação ficou a cargo do general Francisco de Longa, sendo o chefe de Estado Maior o general António Silveira. A invasão de Portugal começou em 22 de novembro, pela fronteira norte transmontana, tendo como primeiro objectivo a cidade de Bragança, que veio a ser ocupada pelos realistas comandados por Silveira. As tropas de Magessi, que tinham entrado pelo Alentejo, acabaram por ser batidas pelo conde de Vila Flor e obrigadas a regressar a Espanha, no dia 10 de Dezembro. Nesse mês, o próprio forte de Almeida, comandado pelo general Pego, capitulou perante os invasores, entretanto reforçados pelas tropas de Magessi. O brigadeiro Teles Jordão obteve um sucesso retumbante, ao entrar na Beira, onde ocorreram sublevações miguelistas em quase todas as povoações, incluindo Lamego, Viseu e Guarda, organizando milícias, em regra capitaneadas por oficiais de ordenanças que aderiram à causa absolutista e apoiaram os invasores. O objectivo final desta invasão era a tomada da cidade do Porto, que nunca se concretizou graças à intervenção britânica. (Cardoso, 2004)

D. Maria II, bem como a protecção dos negócios e dos cidadãos da cidade contra focos de insurreição e de ataques de tropas absolutistas vindas do Minho granjearam-lhe uma aura e o respeito de todos. A defesa da cidade até foi reconhecida em Inglaterra, tendo Sir Herbert Taylor publicado o livro *An Historical Review of the State of Portugal*, onde escreve:

He has singly sustained the reputation of his countrymen, in a manner most honourable to them and to himself. General Stubbs, by his presence of mind and promptitude of action, has proved himself fully equal to the most perplexing emergency. A more brilliant display of boldness, energy, and decision, was never, perhaps, witnessed, than that by which the personal exertions of this distinguished officer have recently saved the north of Portugal. (*Apud The Naval and Military Magazine* IV 44)

O reconhecimento da sua acção em prol do Porto, durante um ano muito difícil, foi feito por todos os cidadãos do Porto e de Vila Nova de Gaia, através da subscrição para uma oferenda que vinculasse, de modo digno, o reconhecimento de todos ao Governador de Armas. O jornal *A Borboleta*, de 14 de Junho de 1827, num artigo reproduzido em *O Portuguez* de 18 de Junho, descreve em pormenor esta homenagem:

Habitantes desta Cidade, desejosos de testemunhar de um modo honroso a gratidão que consagram ao seu General Thomás Stubbs, pelos assíduos trabalhos, com que esvelado manteve a boa ordem, o sossego, e a tranquilidade do Porto desde que tomou o Governo das Armas, principalmente nos dias de crise, pela aproximação dos Rebeldes na Provincia do Minho; promoveram uma subscrição para se presentear, de um modo digno, o General Valoroso, e o Cidadão Benemérito, em nome da Cidade agradecida. (*O Portuguez* 584-585)

É realizada uma grandiosa cerimónia pública de homenagem, com entrega de uma espada de honra e uma placa da Ordem da Torre Espada, em ouro e pedras preciosas, (Fig.5) com muito povo a assistir. A lista de subscritores, como não podia deixar de ser, incluía

muitas individualidades do Porto, como o Bispo e outros clérigos, juízes e empresários, a quase totalidade da comunidade inglesa, bem como de empresas vinícolas históricas, tais como Burmester, Kopke, Cockburns, Croft, Sandemann, Offley e VanZeller, entre muitas outras sociedades portuguesas. (Lima 29-30)



Fig. 5 – Espada oferecida ao General Stubbs. Museu Militar, Lisboa. (MML 363)

Nos anos quarenta, um seu descendente, o jornalista António Stubbs de Lacerda, doou ao Museu Militar de Lisboa as espadas de serviço e de honra. Uma dessas espadas tem gravada na lâmina a inscrição *La Société de Civilisation au général Stubbs – Patria, Gloria, Libertas*. Mais do que uma espada de honra parece ser um símbolo maçónico, já que a espada é um acessório muito usado nas cerimónias do culto, geralmente como símbolo de poder e autoridade, bem como emblema dissipador das trevas e da ignorância. No mesmo Museu existem espadas idênticas ofertadas ao Marechal Saldanha e ao Duque da Terceira. (Lima 33)

10. Julgamento em Lisboa

A pacificação do país, que se conseguira com a expulsão das forças realistas, no início de Março de 1827, viria a sofrer um revés devido às alterações políticas que ocorrem a partir da segunda metade desse ano. O governo inglês, concertado com a corte austríaca, passa a aceitar como a melhor solução para a crise portuguesa o regresso ao reino de D. Miguel, como regente, na condição de respeitar as instituições estabelecidas por seu irmão. Nesse sentido, por decreto de 3 de Julho, D. Pedro nomeia o infante D. Miguel seu “Lugar-Tenente”, outorgando-lhe todos os poderes para governar e reger o reino em conformidade com a Carta Constitucional, tornando-se irreversível o seu regresso a Portugal.

A demissão de Saldanha do Ministério da Guerra, seguida de movimentos de protesto em Lisboa, nas noites de 24 a 26 de Julho, conhecidos por “Archotadas”, rapidamente se estenderam a outros pontos do reino. Como seria de esperar, sendo Saldanha muito estimado no Porto, como antigo Governador, os protestos iniciaram-se nesta cidade, no dia 27, e prolongaram-se por três dias. Na noite do dia 28, uma multidão de cerca de 4000 pessoas concentrou-se junto ao Palácio do Governador, com gritos de vivas ao Imperador e Rei D. Pedro IV, à Rainha D. Maria II, à Infanta Regente e à Carta Constitucional, exigindo o regresso de Saldanha ao Ministério. Stubbs dirige-se à multidão, restando a agitação, mantendo a calma e a ordem, evitando qualquer excesso, e prometendo enviar a Lisboa um pedido de revogação da decisão tão contestada. O Governador recebeu ainda uma deputação de militares das unidades da guarnição do Porto que solicitaram expressamente o envio de uma petição a Lisboa para que Saldanha voltasse ao Ministério. Stubbs, reconhecendo ser essa a vontade dos cidadãos do Porto, remete uma carta dirigida ao Ministro da Marinha, António Manoel de Noronha, na ausência de titular da pasta da Guerra, e uma petição à Infanta Regente, ambas datadas de 29 de Julho, com aquele objectivo. Mas esta petição conduz a maus resultados, pois era aquilo que os inimigos de Saldanha queriam. Entretanto, este tinha emigrado para França antecipando o exílio liberal em massa que viria a ter lugar no ano de 1828.

Stubbs é chamado a Lisboa por ordem da Infanta Regente e, antes de partir, em 25 de Agosto, passa o seu comando ao conde de Vila Flor, seguindo a instrução do novo Ministro da Guerra, o conde da Ponte. A sua partida no vapor do Porto para Lisboa, no dia 29 de Agosto de 1827, é descrita com grande pormenor no periódico *O Imparcial*, de 30 de Agosto, revelando que nas ruas, desde a Praça da Batalha até ao Cais, engalanadas e cobertas de flores, milhares de pessoas se apinharam para acompanhar a partida do general. Esta partida foi até celebrada com uma edição especial do jornal *A Borboleta*, onde foram publicados vários poemas, de entre os quais se destaca um soneto, cuja última estrofe canta

Teu Nome já na História teve entrada:
 Onde a Causa de PEDRO avulta e assoma,
 Hade a honra de Stubbs ser lembrada. (*Thomaz Guilherme Stubbs*, AHM)

Chegado a Lisboa, Stubbs toma conhecimento da verdadeira causa da sua convocação. Tinha sido chamado pela prática de um crime, para cujo julgamento fora convocado o Conselho de Guerra, por ordem da regência. O crime de que era acusado era o de “ingerência” nas competências da Infanta Regente, por ter remetido o desejo da cidade e cumprido a promessa feita à população. (*The Naval and Military Magazine* III 336) O que realmente estava em causa era o facto de Stubbs, na sua petição, sugerir que a Infanta Regente teria sido mal aconselhada na decisão de demitir Saldanha e estaria rodeada de inimigos, os mesmos que agora estariam a mover as suas influências contra ele.

Todo o processo é kafkiano. O julgamento, inusitadamente público, decorre em 20 Setembro, no Palácio do Calhariz. Das suas respostas claras e concisas às perguntas dos juízes, o caso parece esclarecido. Adicionalmente, as suas testemunhas de defesa, catorze cidadãos do Porto, entre eles quatro juízes de direito, em tudo corroboram, ilibando-o de qualquer crime, e o seu advogado apresentou uma longa e sólida defesa. (*The Naval and Military Magazine* III 328-336) Da forma como decorrem as audições, a deliberação dos juízes

militares é, em princípio, a declaração de inocência, mas a sentença, enviada confidencialmente para o Supremo Conselho de Justiça, é devolvida dois meses depois, ao Conselho de Guerra, para revisão do processo e da decisão. Stubbs contesta, pois nada de novo poderia ter sido acrescentado e, no fundo, o julgamento iria ser repetido apenas com alteração de um juiz militar do colectivo.

O Conselho de Guerra reúne-se novamente em 9 de Janeiro de 1828, mais uma vez em sessão pública, interrogando, ouvindo, deliberando e remetendo uma decisão para o Supremo. Decisão que não poderia ser em nada diferente da anterior, mas, mais uma vez, o Supremo não informa o interessado, nem publica a sentença.

11. Um Segundo Exílio

Sem nunca conhecer a sua sentença, Stubbs opta por deixar o país, em 22 de Fevereiro de 1828, exilando-se em Inglaterra. D. Miguel desembarca em Lisboa e assume a regência no dia 26 desse mês. Todos os liberais e, de sobremaneira, os mais próximos de Saldanha têm a cabeça a prêmio. O país entra numa sucessão de pronunciamentos, insurreições, tumultos e revoltas, quer a favor da causa liberal, quer do absolutismo. Este segundo exílio de Stubbs, para sua própria segurança, é determinado em solidariedade com Saldanha, com quem participa, poucos meses depois, numa tentativa de tomada do poder pelos liberais. Em 16 de Maio dá-se um pronunciamento da guarnição do Porto, a favor da Carta, com a formação de uma Junta de Governo. Os emigrados em Inglaterra, sob a liderança de Palmela, organizam-se para se dirigirem ao Porto, fretando um barco a vapor chamado Belfast, e convidam alguns exilados de fora de Inglaterra, designadamente o conde de Vila Flor, Saldanha e Stubbs. (Tavares 1058) O Belfast parte de Plymouth em 16 de Junho, no dia 26 desembarcam em Lavra e, no mesmo dia, entra no Porto um conjunto de notáveis liberais, de diversas facções, sendo atribuídas a Thomas Stubbs altas funções, compatíveis com o seu posto. Apenas Palmela, como Comandante-em-Chefe do

Exército, ficaria acima da sua função militar. Por ocasião da partida de Inglaterra, a esperança de sucesso era grande, pois até a sua mulher, Joana Stubbs, e o seu filho, Thomaz Guilherme, se encontram na lista de passageiros do Belfast. (Tavares 1061)

Mas o fracasso da intentona foi evidente e, uma semana depois, em 3 de Julho, todos os que tinham vindo de Inglaterra e muitos mais embarcam de regresso a Plymouth, ficando o nome deste fracasso liberal conhecido para a História como “Belfastada”. Uma grande quantidade de liberais consegue escapar através do Minho e da Galiza, entrando em Inglaterra por Portsmouth e Falmouth, entre finais de Agosto e princípios de Setembro de 1828. (Bonifácio 524) No final desse ano, Stubbs assume o comando do Depósito de Emigrados em Plymouth, o “Barracão”, substituindo Cândido José Xavier, figura pouco popular entre os emigrados, oficiais, soldados de infantaria e caçadores. A situação é de tensão e de discórdia devido a problemas de alimentação e alojamento, não só no depósito de emigrados liberais de Plymouth, mas também nos de Ostende, na Bélgica, de Saint-Malo e de Laval, em França, tendo melhorado com a nomeação de Stubbs. (Faria 46)

Em 1829, Stubbs deixa Plymouth, tal como está registado no Diário de José Mendes Norton: “(...) partiu o general Stubbs para Londres e ficou em seu lugar o coronel Zagalo (...).³⁶ Stubbs parte com a família para o exílio em Dunquerque, na costa francesa, sendo julgado à revelia, pelos tribunais miguelistas, que o condenam, por sentença de 21 de Agosto de 1829, a uma pena que não poderia cumprir por se encontrar ausente do Reino, mas que em muito limitaria o seu regresso, caso a situação política não se alterasse:

(...) exauctorado e privado de todas as honras, privilégios e dignidades de que gozava neste Reino, do qual o haviam por desnaturalizado. Foi condenado a que, com barço e com pregão, fosse conduzido pelas ruas públicas do Porto até à Praça Nova e aí, em um alto cadafalso, morresse de morte

36 V. Diário de 1828 (Inédito). Arquivo Particular de José Mendes Norton (de D. Teresa Martins da Costa e sobrinhos).

natural de garrote. E, depois de lhe decepada a cabeça, que seria pregada em um alto poste na estrada de Matosinhos, ficando exposta até que o tempo a consumisse, fosse o corpo e o cadafalso reduzidos pelo fogo a cinzas, que seriam lançadas ao mar, para que dele e da sua memória não houvesse mais notícia, e, além disto, na confiscação e perdimento de todos os seus bens. (Soriano, *História do Cerco do Porto* 393)

Na tentativa de formar uma base de apoio em território português, no ano de 1829, Saldanha, com 600 emigrados, transportados em quatro embarcações, vê-se impedido de aportar à ilha Terceira por um navio de linha inglês, sendo obrigado a regressar a França. No entanto, durante esse ano, vai reunir-se nesta ilha açoriana um conjunto de emigrados, sob o comando do conde de Vila Flor (futuro Duque da Terceira), que chega a Vila da Praia, em 22 de Junho, como capitão-general, nomeado por Palmela em Londres e sem o conhecimento de D. Pedro no Rio de Janeiro. Em Agosto, dá-se a tentativa, sem sucesso, de desembarque das forças do governo miguelista na ilha, ficando, assim, assegurada a situação desta base de toda a resistência liberal, que seria ponto de partida para expedições ao Continente para retomar o poder.

Em Março de 1830, dá-se a chegada de Palmela à Terceira e a constituição da Regência. Em 15 de Junho, D. Pedro, do Rio de Janeiro, confirma a Regência da Terceira que integra o marquês de Palmela, o conde de Vila Flor (Terceira) e José António Guerreiro. Mas as divisões e fricções existentes entre os liberais tornam-se evidentes. Saldanha, que não fora convidado para a expedição que se haveria de organizar na ilha Terceira, nos Açores, enquanto “havia para ela recrutados muitos estrangeiros, ao passo que dos emigrados só se escolhiam aqueles que se mostravam aderentes a todas as pretensões de D. Pedro”, (Carvalho, *Memórias Com o Título de Annaes* 342) mandou imprimir e fazer circular entre os seus amigos, um texto expondo as razões por que era excluído da nobre tarefa da restauração do trono legítimo.

Os residentes em Dunquerque – tenente-general Stubbs expatriado, associado aos seus amigos, marechal de campo José Maria de Moura e o brigadeiro Diocleciano Cabreira, velhos conhecidos dos

tempos da LLL – fizeram uma declaração, datada de 27 de Janeiro de 1832, sobre a injustiça de que eram vítimas.³⁷ Para que não restassem dúvidas da sua lealdade à causa liberal, publicaram na imprensa local uma declaração solene sobre a injustiça que estava a ser cometida, jurando a sua “fidelidade aos princípios da honra e lealdade devidas à sua Rainha e à sua Pátria”, (Cabreira, Moura e Stubbs 1-2) relembrando os seus antigos serviços a Portugal.

12. O Cerco do Porto

Em meados de 1832, realiza-se a expedição liberal da Terceira para o Porto, com desembarque na praia do Pampelido, nos arredores do Mindelo, a norte do Porto, em 8 de Julho, avançando para a cidade ao longo das terras da Maia. As unidades miguelistas acabam por abandonar o Porto e o exército liberal ocupa a cidade. Apesar de tentativas de surtidas constitucionais a partir do Porto, as tropas absolutistas vão confinando o Exército Libertador à cidade, até que se fecha o cerco, após ataques miguelistas também sem sucesso. Inicialmente, D. Pedro, que não queria que Saldanha e outros oficiais chegassem demasiado cedo ao Porto, pois, pela sua antiguidade, assumiriam posições de demasiado destaque, tentou contratar um oficial estrangeiro para comandar o Exército Libertador. Muitos generais foram contactados, principalmente em França, mas nenhum queria perder os privilégios que tinha ou arriscar a carreira numa aventura, pelo que apenas foi possível contratar um general francês, veterano, sem grande glória das Guerras Napoleónicas, ferido gravemente na Batalha do Vimeiro, de seu nome Jean-Baptiste Solignac. Uma figura secundária, mas promovida a Marechal português. No entanto, a situação dos liberais era tão crítica que acabou por haver um chamamento global de todos os emigrados.

37 A injustiça era cometida por D. Pedro e pelos seus principais conselheiros, Cândido José Xavier, Palmela, Agostinho José Freire e Vila Flor, que sempre quiseram afastar Saldanha e os seus apaniguados.

Tendo conhecimento da vontade de Saldanha, que partira de Paris para se reunir a D. Pedro no Porto, Stubbs, com Diocleciano Cabreira, entretanto a residirem em Londres, reúnem-se àquele em Falmouth, na esperança de arranjar rapidamente transporte para o Porto. Mas, conta Liberato nas suas *Memórias*, a obtenção de passagem não foi fácil, e todos desconfiaram da influência negativa de D. Pedro ou de Palmela, através da Embaixada em Londres. (Carvalho, *Memórias da vida de José Liberato* 349-351) Finalmente, conseguem obter passagem num vapor norte-americano que se dirigia a Gibraltar e que estava em Portsmouth. Partem no dia 15 de Janeiro, em direcção à cidade sitiada, os generais Saldanha, Stubbs e Cabreira; o irmão de Saldanha; Margiochi; D. Francisco de Menezes de Brito do Rio; Villete, ajudante de ordens de Stubbs; e o próprio Liberato, que acompanhava Saldanha de Paris.

Solignac chegara ao Porto no dia 1 de Janeiro de 1833. O atraso causado pelas dificuldades de transporte faz com que Saldanha e Stubbs chegassem só no dia 26 e desembarcassem apenas no dia 28. São acolhidos em triunfo por uma delegação de generais e acompanhados por muitos militares e muito povo, que reconheciam os seus antigos Governadores. Conta Liberato, presente no local, que “quando entrámos na Cidade, sem que pelo caminho fossemos saudados com uma só bala ou bomba da parte dos miguelistas, foi que recebemos um verdadeiro triunfo. As ruas estavam apinhadas de povo, as janelas estavam cheias de gente de todos os sexos, e não se ouviam senão aclamações de alegria (...).” (Carvalho, *Memórias da Vida de José Liberato* 353) Acrescenta, contudo, que a recepção por parte de D. Pedro não foi semelhante, tendo sido recebidos friamente pelo monarca. No entanto, a sua antiguidade e experiência militar não poderiam ser recusadas.

Com a chegada de Stubbs e Saldanha, passava a haver três tenentes-generais no Exército Libertador. Stubbs o mais antigo e Saldanha o mais moderno dos três, o outro, o Duque da Terceira,³⁸ (Vila Flor)

38 Duque da Terceira é um título nobiliárquico instituído de juro e herdade, com honras de parente, por decreto do regente do Reino D. Pedro de Bragança, em nome da rainha Dona Maria II de Portugal, em 8 de Novembro de 1832, assinado no Porto.

era primeiro ajudante-de-campo de D. Pedro e seu braço direito. O comando supremo do Exército estava entregue a Solignac, um general estrangeiro sem carisma e com competência e experiência militar muito inferior aos seus mais directos subordinados, por ordem de maior antiguidade, Stubbs, Vila Flor e Saldanha. (*Lista Geral de Officiaes do Exército Libertador* 8) O Exército Libertador foi dividido em três divisões, sendo uma atribuída a Stubbs e outra a Saldanha, que, logo nesse primeiro semestre de 1833, fazem a diferença, derrotando os ataques miguelistas, sem, no entanto, alcançarem o sucesso desejado nas suas surtidas. Em Junho, Solignac é demitido, bem como o comandante da esquadra, o almirante liberal Sartorius. Realiza-se então o desembarque no Algarve e a marcha em direcção a Lisboa, numa coluna comandada por Vila Flor (Terceira) que ocupa Lisboa, pois os miguelistas acabam por abandonar a capital.

Saldanha é chamado a Lisboa em 23 de Agosto, deixando o governo da cidade e o comando militar a Stubbs, “também predilecto da confiança dos habitantes, (...) teve logo o cuidado de preencher com novos alistamentos o número dos contingentes (...) e, em suas enérgicas providências, não foi menos sábio e activo que seu antecessor [Saldanha] (...).” (*O Cerco do Porto em 1832 para 1833* 160) Stubbs, de forma musculada, reduziu os redutos e as linhas dos sitiados, fez reconhecimentos e surtidas com sucesso, reduzindo a pressão dos miguelistas sobre a cidade. Mas, como diz Soriano, “que se os liberais não tinham força bastante para sair das suas linhas, e bater os realistas em campo, também estes pela sua parte se achavam no mesmo caso para poder vencer as linhas do Porto.” (*Soriano, História do Cerco do Porto* 177)

Por esta altura, a guerra civil tinha-se estendido a todo o país e, já em 1834, a balança pendia a favor das forças de D. Pedro. Entretanto, Stubbs é chamado a Lisboa e substituído pelo velho general Torres, o que causou muita consternação no Porto. Liberato afirma que se fez constar que Stubbs estava velho e doente e, por isso, era preciso substituí-lo, “porem no pensar da gente, que conhecia não só as intrigas ministeriais, mas as do palácio, outros bem diversos eram os motivos que tinham produzido esta mudança.” (*Carvalho, Memória com*

o *Título de Annaes* 221) A verdadeira razão era a sua proximidade a Saldanha e a cisão que essa proximidade provocava entre os liberais, o que se pode comprovar no registo de Luz Soriano, o qual justifica a substituição de Stubbs no governo do Porto, em 1833, alegadamente porque “a posição de Stubbs no Porto tornou-se realmente crítica, não só pelo malsucedido das suas operações, mas pela sua pouca actividade e energia no governo, que lhe fora confiado.” (*História do Cerco do Porto* 364) Esse era o argumento, não comprovado, dos adversários de Saldanha.

A segunda grande despedida de Stubbs do Porto, ocorrida em 10 de Dezembro de 1833, é mais uma vez emotiva, tal como tinha sido a de 1827. Para além das manifestações de reconhecimento, são publicados os maiores encómios, escrevendo um poeta da cidade um soneto que foi impresso e distribuído como um panfleto:

Adeos, guerreiro heroe: vai satisfeito;
Que levas como sempre te prestamos,
Saude, gratidão, amor, respeito. (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM)

13. Fim de Carreira

Apesar das apreciações negativas dos seus detratores, Thomas William Stubbs não foi esquecido na distribuição de honras, conferidas por S.M. a Rainha D. Maria II “aos bravos heróis que no campo da honra expuseram as suas vidas para restaurar o Trono usurpado à mesma Augusta Senhora, e a Liberdade aos Portugueses”, (*O Cerco do Porto em 1832 para 1833* 189) tendo sido feito Barão de Vila Nova de Gaia em 1833 e Visconde de Vila Nova de Gaia em 1835, pelos serviços prestados no Cerco do Porto.

Embora tenha dedicado a sua vida e carreira à causa liberal em Portugal, e não obstante todas as honras que lhe foram sendo reconhecidas, Stubbs não se encontrava numa situação económica favorável, quando, em 7 de Dezembro de 1835, se vê obrigado a apresentar uma “Suplicação a S.A.R. D. Maria II”, descrevendo toda a sua

longa carreira e os principais serviços prestados à Coroa, lembrando a promessa da oferta de terras feita pelo Príncipe Regente, em 1814:

(...) em 13 de maio de 1814, feito Mercês ao suplicante de duas léguas e um quarto quadrados de terra com a natureza de sesmaria, cuja Mercês não se verificou até hoje, não possuindo o suplicante por todos os serviços mais do que Mercês honorárias e encontrando-se já em avançada idade, casado com mulher portuguesa e com dois filhos, sem meios com que possa decentemente sustentar o distinto título a que a Munificência Real o elevou, nem mesmo deixar sua família decentemente amparada depois de sua morte, por todos, e por todos estes motivos recorre o Suplicante à bem conhecida generosidade e imparcial Justiça de V. Majestade Fidelíssima para conceder ao Suplicante uma pensão vitalícia com sobrevivência em dois filhos; ou que cumprindo-se a promessa do Augusto avô V. Majestade Fidelíssima especificada na carta Régia acima referida V. Majestade Fidelíssima se sirva mandar lhe dar uma produção de bens nacionais com que o Suplicante possa formar um património a seus filhos, e serem assim ressarcidas as grandes perdas que o Suplicante sofreu na sua emigração, e ver remunerados os serviços da sua longa carreira militar." (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM)

Sentindo o fim da vida a aproximar-se, em 1837, Tomás deslocou-se a Londres para fazer e registar o seu testamento,³⁹ escolhendo dois advogados para executantes, Charles Turville e George Eyston. A sua última vontade foi deixar todas as suas posses, em partes iguais, a sua mulher, Janie, e aos dois filhos, Tomás Guilherme e Joana Cândida. Em 4 de Dezembro de 1837, é nomeado Presidente da Comissão criada por Decreto Real de 2 de Outubro do mesmo ano "para rever as contas findas dos Militares Estrangeiros que serviram no Exército Libertador". (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM)

Assume, ainda, interinamente, o Comando da 1ª Divisão Militar em Lisboa, em 24 de Dezembro de 1838, substituindo o Conde de Avillez, por este ter "tomado assento como senador", (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM) terminando a sua carreira militar no Tribunal

39 V. *Will Registers*. UK. Kew, The National Archives.

Militar. Em 1842, recebe a sua última honraria: a Ordem Militar de São Bento de Avis, da Rainha D. Maria II, a quem sempre serviu devotadamente.

Em 27 de Abril de 1844, com sessenta e sete anos de idade, morre em Lisboa, na sua casa da Rua de São Bento, acompanhado pela sua companheira de toda a vida. Tanto em Portugal como em Inglaterra, a notícia da sua morte tem destaque na imprensa da época, designadamente no *Annual Register*, (235-236) na *United Service Magazine*, (320) e em *The Gentleman's Magazine*, (91) onde foram publicadas pequenas biografias bastante laudatórias que registaram a perda de um distinto general: "a name well known to every officer of both Services who served in the Peninsula".

Obras Citadas

- The Annual Register or a View of the History and Politics of the Year 1844*. Londres: Rivington, 1845, vol. 86.
- Arriaga, José de. *História da Revolução de 1820*. Porto: Livraria Portuense, 1889, vol. 4.
- Bandeira, Luis Stubbs Saldanha Monteiro. "Uma História Velha". *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e de Arte*. Vol. 3-5, Jan-Mar, 1976. Braga: Oficinas Gráficas da Livraria Cruz: 81-85.
- Beresford, Marcus. *Marshal William Carr Beresford: 'the Ablest Man I Have yet Seen with the Army'*. Dublin: Irish Academic Press, 2019.
- Bonifácio, Maria de Fátima. "A Causa de D. Maria II (1826-1834)". *Análise Social*. Vol. 39, n° 172 (2004) <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n172/n172a01.pdf>> (consult. 14 Jan. 2020).
- Bromley, David e Jane Bromley. *Wellington's Men Remembered: A Register of Memorials to Soldiers Who Fought in the Peninsular War and at Waterloo: M to Z*. Barnsley: Pen and Sword, 2015, vol. 2.
- Cabreira, Diocleciano, Thomas W. Stubbs e José Maria Moura. *Declaration des Généraux Portugais Résidans à Dunkerque*. Dunquerque: [s.n.], 27 de Janeiro de 1832.

- Cardoso, António Manuel Monteiro. *A Revolução Liberal em Trás-Os-Montes (1820-1834): O Povo e As Elites*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea. Lisboa: ISCTE, 2004.
- Carvalho, José Liberato. *Memórias com o Título de Annaes, para a História do Tempo que Durou a Usurpação de D. Miguel*. 1841, vol. 4.
- . *Memórias da Vida de José Liberato*. Lisboa: Tipografia de José Baptista Morando 1855.
- O Cerco do Porto em 1832 para 1833*. Porto: Tipografia de Faria e Silva, 1840.
- Chaby, Claudio de. *Excerptos Históricos e Collecção de Documentos Relativos à Guerra Denominada da Península e às Anteriores de 1801 e do Rousillon e Cataluña*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863.
- Challis, Lionel Stevenson. "Peninsula Roll Call" (1949). *The Napoleon Series* <https://www.napoleon-series.org/research/biographies/GreatBritain/Challis/c_ChallisIntro.html> (consult. 4 Jan 2020).
- Collecção das Ordens do Dia*. Lisboa: [s.n.], 1825-1826.
- Collecção das Ordens do Dia*. Lisboa: António Nunes dos Santos, 1812-1813.
- Collecção das Ordens do Dia*. Lisboa: Manoel Pedro de Lacerda, 1814-1820.
- Diário das Corte Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, n.º 28 (5 mar. 1821): 212.
- Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n.º 136 (26 jul. 1821): 1652-1653.
- Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n.º 53 (26 jul. 1822): 754.
- Diário de 1828*. Arquivo Particular de José Mendes Norton (de D. Teresa Martins da Costa e sobrinhos). Diários. Inédito.
- Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 281 (28 nov. 1822): 2099-2101.
- Faria, Fábio Alexandre. *Circulações Internacionais e Liberalismo: O Exílio Liberal Português, 1828-1832*. Dissertação Mestrado em História Moderna e Contemporânea. Lisboa: ISCTE, 2015.
- Farmer, John S.. *The Regimental Records of the British Army: A Historical Résumé Chronologically Arranged of Titles, Campaigns, Honours, Uniforms, Facings, Badges, Nicknames, etc.* London: Grant Richards, 1901.
- The Gentleman's Magazine*. Londres: John Bowier and Son. Vol. 22 (new series), Jun-Dec 1844, vol. 175.
- Gregory, Desmond. *The Ungovernable Rock: A History of the Anglo-Corsican Kingdom and its Role in Britain's Mediterranean Strategy During the Revolutionary War (1793-1797)*. London & Toronto: Associated University Presses, 1985.

- Halliday, Andrew. *The Present State of Portugal, and of the Portuguese Army with an Epitome of the Ancient History of that Kingdom*. Edinburgh: G. R. Clarke, 1812.
- Ireland, Bernard. *The Fall of Toulon: The Last Opportunity the Defeat the French Revolution*. Londres: Cassell Military Paperbacks, 2006.
- Lima, Henrique Ferreira. "Espadas de Honra". Sep. de *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 14, 1944.
- Lista Geral de Officiaes do Exército Libertador, Referida ao Dia 25 em Julho de 1833*. Lisboa: Tip. A.J.C. da Cruz, 1835.
- Livro de Registo do Regimento de Infantaria de Setúbal de 1803*. AHM (Arquivo Histórico Militar). Divisões. Assuntos Militares Gerais. Livros Mestres, Liv. n° 8.
- Livro de Registo dos Assentamentos dos Officiais e Praças do Regimento de Infantaria n°23, 1° Batalhão, de 1808*. AHM (Arquivo Histórico Militar). Divisões. Assuntos Militares Gerais. Livros Mestres, Liv. n° 4.
- Livro de Registo dos Officiais e Praças do Regimento de Infantaria de Setúbal de 1800*. AHM (Arquivo Histórico Militar). Divisões. Assuntos Militares Gerais. Livros Mestres, Liv. n° 7.
- London Gazette*. London: Printed by Andrew Strahan, n° 15226 (1 Feb. 1800):1.
- Mattoso, José (dir.) *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1993, vol. 5.
- Mesquita, Manuel de Castro Pereira e João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco Torres. *Resenha das Familias Titulares do Reino de Portugal: Acompanhada das Noticias Biographicas de Alguns Individuos das Mesmas Familias*. Lisboa: Imp. Nacional, 1838.
- Moura, Rui. "O General Pamplona Côrte-Real: Baron de Pamplona e Conde de Suberra (1762-1832): Ser ou Não Ser (Liberal) Eis a Questão". *Actas do XXVII Colóquio de História Militar*. Lisboa: CPHM, 2019.
- . *Portuguese at the Battle of Albuera (1811)*. [Booklet] Gibraltar: FBCE, 2020.
- . "A Retirada de Massena: O Fim de um Pesadelo ou Princípio do Fim de um Sonho". *O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular*. Lisboa: Tribuna da História, 2012, vol. 3. 220-273.
- e João Centeno Torres. "Oficiais Britânicos ao Serviço do Exército Português no Regimento de Infantaria 14 (1809-1814)". *Revista Militar*, n° 2499, Abr. 2010: 319- 337.
- The Naval and Military Magazine*. London: Saunders and Otley, vol. 3-4, Jul-Set, 1828.

- Notícia das Festividades com que na Praça de Elvas se solenizaram o Memorável Dia da Nação Portuguesa o Dia 15 de Setembro.* Lisboa: Tipografia Maigrense, 1821.
- Oman, Charles William Chadwick. *A History of the Peninsular War.* Oxford: Clarendon Press, 1911, vol. IV.
- O Portuguez: Diário Político, Litterario e Comercial.* Lisboa: Imprensa do Portuguez, vol. II, n° 192 (18 jun. 1827): 584-585.
- Portugal. Arquivo Histórico Militar. *Projecto GERMIL: Genealogia em Registos Militares* <<https://ahm-germil.exercito.pt>> (consult. 10 Jan. 2020).
- Processo N. 79243.* Arquivo Distrital de Portalegre. Tribunal da comarca de Elvas. Inventários Obrigatórios.
- Shaw, WM. A. *The Knights of England.* London: Sherrat and Hughes, 1906, vol. II.
- Soriano, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal compreendendo a História Diplomática, Militar e Política deste Reino, desde 1777 até 1834.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1874. Époc. 2, vol. 3.
- . *História do Cerco do Porto.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1849, vol. 2/ Porto: A. Leite Guimarães, 1889, vol. 1.
- Tavares, Pedro Vilas Boas. "O Norte do País e o Porto da Belfastada nas 'Informações' da Nunciatura de Lisboa: 'Breve Relação' de Sucessos, na Rebelião contra a Realeza, de D. Miguel". *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos.* [Porto]: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. 1047-1062.
- Thomaz Guilherme Stubbs. AHM (Arquivo Histórico Militar). Divisões. Assuntos Militares. Processos Individuais. Cx. 583, n° 3.
- United Service Magazine and Naval and Military Journal.* Londres: Colburn, 1844, vol. 2.
- Valdez, Ruy Dique Travassos. *Subsídios para a Heráldica Tumular Moderna Olisiponense.* Porto: Livraria Esquina, 1994.
- Ventura, António. *A Maçonaria no Alto Alentejo (1821-1936).* Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2020.
- Will Registers.* UK. Kew, The National Archives. Prerogative Court of Canterbury and related Probate Jurisdictions. PROB 11/2001/1